

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL "É difícil rico pagar imposto"	3
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL MDCI e o combate às fraudes aduaneiras - OPINIÃO JURÍDICA	4
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Lula recebe retirados de Gaza no desembarque em Brasília	6
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL Para seguir o exemplo do Piauí - RAUL VELLOSO	7
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL Envelhecimento rápido toma urgente nova reforma da Previdência	9
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Alckmin defende reforma administrativa para "adequar tamanho do Estado" - MERCADO S/A	11
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA "A meta de deficit zero deve ser perseguida"	13
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Câmara retoma discussão da tributária no dia 20	15
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma tributária pode contribuir para melhorar a saúde pública, segundo especialistas	17
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma tributária e as isenções para pessoas com deficiência	20
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Os detalhes da reforma - MÍRIAM LEITÃO	21
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Economia tende a perder força no fim do ano (Editorial)	22
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Projeção do Boletim Focus para o IPCA cai de 4,63% para 4,59%	24
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA Pacheco amplia prazo para apresentação de emendas à LDO	25

Terça-Feira, 14 de Novembro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Desinflação na AL pode desacelerar 26

"É difícil rico pagar imposto"

rafaela gonçalves

Durante congresso de auditores-fiscais, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou que a maior dificuldade do governo federal para aumentar a arrecadação é "fazer rico pagar imposto". Ele defendeu a aprovação de medidas para corrigir regras consideradas distorcidas que, de acordo com ele, promovem a injustiça tributária.

"É aquilo que o presidente da República diz: "Cortar a merenda, cortar medicamento para atingir a meta fiscal é fácil; difícil é fazer rico pagar imposto". Nós invertemos essa lógica. E é difícil mesmo. É muito difícil fazer os ricos pagarem imposto, quem tem mais condições de pagar imposto", disse.

Segundo o secretário, "não é nem uma questão de quanto vai ser arrecadado, é uma questão de justiça". "Não estou falando de quem produz, estou falando de quem não produz. Pessoas que, às vezes, nunca trabalharam na vida, vivem de renda e pagam menos imposto do que um professor, qual é a justiça disso?", questionou.

A Câmara dos Deputados aprovou, no fim de outubro, a taxação de empresas offshores (no exterior) e de fundos exclusivos (fechados, para alta renda, no Brasil). A medida institui uma taxa de 15% sobre os fundos offshores e fixa em 8% a alíquota de atualização patrimonial, até 31 de dezembro, de fundos de investimento no exterior e no país. O intuito é aumentar a arrecadação em mais de R\$ 20 bilhões.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/14/all.pdf>

MDCI e o combate às fraudes aduaneiras - OPINIÃO JURÍDICA

Márcio Costa de Menezes e Gonçalves é advogado especializado em Tecnologia, Propriedade Intelectual e Direito Digital, fundador do MG Advogados

Em julho, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria Secex nº 249/2023, que dispõe sobre o licenciamento, nos processos de importações e também das emissões de provas de origem, através da qual o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com algumas importantes mudanças, disciplinou o regime de licenças de importação. Com isso, o ministério tratou, de forma detalhada, os mecanismos agora disponíveis, para um aumento no rigor da fiscalização contra importações fraudulentas, o que traz para o setor legal um sopro de otimismo; uma luz no fim do túnel.

A portaria, em sua Seção VIII, trata especificamente do combate à fraude, em seu artigo 43, trazendo toda a justificativa para que o Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex), mediante denúncia apresentada pelos setores produtivos da sociedade, ou mesmo de ofício, sujeite a licenciamento não automático importações determinadas, ou todas as importações a serem realizadas por um determinado importador, suspeito de cometer infrações aduaneiras. O que isso significa? Muito!

Antes, para se exigir o licenciamento não automático de produtos, o foco do MDIC era a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) de determinado produto. Pela nova portaria publicada, esse foco também passa a ser o importador (CNPJ) específico, desde que haja indícios e comprovações de que ele cometa algum tipo de fraude **aduaneira**, o que representa uma importante **alteração**.

Com os mecanismos trazidos pela portaria, o setor legal, que há tempos vem tentando se proteger contra a concorrência desleal praticada por importadores fraudulentos, poderá assumir uma postura mais proativa, levando, também ao Decex, as suas denúncias de importações suspeitas de fraudes, sendo este mais um canal para que possa ver atendidos os seus pleitos.

O Estado, através de seus órgãos de fiscalização, em especial a **Receita Federal**, parece não ter mais forças suficientes para responder à altura a essas

práticas desleais nas importações de produtos; fato é que o seu contingente de agentes de fiscalização aduaneiros, vem diminuindo ano após ano, estando bem aquém do necessário para o monitoramento das nossas fronteiras, ou mesmo do nosso mercado interno. É necessário que o Estado priorize um reforço no contingente de agentes públicos que trabalham nas nossas zonas de fronteiras, que, como sabemos, são de extensão continentais.

Também, dias atrás, foi publicada a Portaria Conjunta RFB/Secex(MDIC)nº 17, de 12 de setembro, que no âmbito do Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX), composto pela **Receita Federal** e pelo MDIC, passará a divulgar, semestralmente, os resultados obtidos pelo mencionado grupo nas ações de combate às fraudes aduaneiras, trazendo, assim, pelo disposto na portaria conjunta, uma maior transparência sobre as operações de fiscalização realizadas, o que nos soa como um outro importante avanço.

Verdade é que nos últimos tempos os setores legais da economia, que agem de acordo com as leis e com as boas regras de mercado, vêm sendo bastante afetados por concorrentes desleais, que colocam em nosso país produtos sem o correto recolhimento de **impostos**, que não atendem às normas e regulamentos técnicos e que, além de lesarem a concorrência e o Fisco, oferecem riscos à saúde e segurança dos consumidores.

Para piorar esse cenário, é sempre bom lembrar que, desde dezembro de 2021, com a inesperada retirada do ar do sistema Siscomex, da **Receita Federal**, que trazia importantes informações acerca do comércio exterior brasileiro, houve um enorme retrocesso na disponibilização de informações públicas para que a sociedade civil organizada pudesse levar denúncias aos órgãos públicos, para, exatamente fazer valer o que prevê, por exemplo, o artigo 43 da recém portaria, aqui tratada.

Como formalizar denúncias ao Decex ou mesmo à **Receita Federal**, sem que se tenha disponível uma fonte oficial e transparente de informações? Essa pergunta não quer calar. Não seria um momento oportuno para que o MDIC, em defesa da indústria e do comércio legais, assumisse um papel de protagonismo na divulgação das informações

relevantes relacionadas ao comércio exterior brasileiro?

Acreditamos que sim! Isso possibilitaria que o setor produtivo legal, já tão atacado pela concorrência desleal, patrocinada por importadores fraudulentos, pudesse levar denúncias bem fundamentadas, para os órgãos públicos envolvidos na fiscalização e no controle dos produtos que chegam ao nosso país, aliás, exatamente como ocorria antes da abrupta retirada do ar, do saudosíssimo sistema Siscori.

Já passou da hora de o MDIC disponibilizarem suas plataformas informações abertas e transparentes acerca de todas as importações que ingressam em nosso país, mês a mês, o que significaria uma eficiente ferramenta de defesa e proteção da indústria e do comércio brasileiro; logicamente resguardadas todas as questões tidas como protegidas pelo sigilo fiscal.

Márcio Costa de Menezes e Gonçalves é advogado especializado em Tecnologia, Propriedade Intelectual e Direito Digital, fundador do MG Advogados

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187713>

Lula recebe retirados de Gaza no desembarque em Brasília



Os 32 repatriados - entre os quais 22 brasileiros e 10 parentes palestinos - que foram autorizados domingo a deixar a Faixa de Gaza, desembarcaram no final da noite de ontem na Base Aérea de Brasília. Eles foram recebidos pessoalmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e comitiva que incluiu os ministros da Justiça, Flávio Dino, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira (foto). Duas crianças em situação de desnutrição e suas famílias tiveram prioridade no desembarque e foram encaminhadas para atendimento médico. Equipes de plantão da Polícia Federal, da **Receita Federal** e da Anvisa foram destacadas para fazer o desembaraço burocrático no menor tempo possível. Depois de todos os passageiros do voo de resgate terem sido identificados, eles foram levados para alojamentos especiais montados na própria base aérea, segundo informou o Secretário Nacional de Justiça, Augusto de Arruda Botelho. O desembarque também foi acompanhado por funcionários das Nações Unidas.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231113/>

Para seguir o exemplo do Piauí - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

A principal polêmica do momento nas discussões sobre gestão macroeconômica tem a ver com o cumprimento da meta fiscal. Muitos continuam insistindo que o governo deveria se agarrar à meta de deficit primário zero em 2024, que prometera há algum tempo no bojo da proposta do ARCABOUÇO FISCAL, em que pese Lula da Silva já ter sinalizado explicitamente que, ante a virtual impossibilidade de conciliá-la com a desejada retomada dos investimentos públicos em infraestrutura (hoje, como se sabe, em extrema carência), ele tenderia a optar por maiores investimentos. Em contraposição, veio a interpretação de que o governo gosta mesmo é de gastar mais e ponto final.

É possível, contudo, imaginar que, previamente ao desabafo, Lula tenha percebido, nas discussões internas de seu governo, que, dada uma certa receita máxima projetada, os gastos correntes obrigatórios (ou seja, aqueles previstos em alguma legislação muito difícil de descumprir ou alterar) seriam de tal dimensão no ano que vem que seu plano de investimentos não encontraria cobertura suficiente nas receitas remanescentes previstas. A partir daí o mundo dos analistas pesadamente pró-ajuste-fiscal quase cai abaixo.

Onde está o "x" da questão?

Para tanto, é preciso entender, antes de tudo, que o principal vilão dessa história de gastos obrigatórios se chama deficits previdenciários públicos explosivos, e, assim, "destruidores" do espaço para investir. Na última década, as taxas médias reais de crescimento percentual dos gastos previdenciários foram: 12,5%; 5,9%; 5,1%; e 3,1%, nos municípios, estados, Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e União, respectivamente, enquanto o **PIB** crescia apenas algo entre 1% e 2%. Essa é uma situação obviamente muito difícil de administrar. Ou seja, o forte crescimento desses gastos forçou os gestores públicos a direcionar apenas recursos residuais para investimento e "outras despesas correntes (custeio)", após a cobertura dos super rígidos gastos relacionados com previdência e com as tradicionais "vinculações" de receita (como em saúde e educação), e outras formas de rigidez impossíveis de evitar a curto prazo (como em pessoal "ativo", assistência

social e demais gastos obrigatórios por lei).

Diante disso, se olharmos apenas o caso da União, para ficar no mundo que circunda Lula mais de perto, o peso do item previdência aumentou de 19,2% para 51,8% do gasto total entre 1987 e 2021; o dos gastos obrigatórios ficou entre 47,1% e 45,1%, enquanto os investimentos caíram de 16 para 2,2% do total, e os demais gastos discricionários, de 17,7% para 0,9% do total. Chocante, não é?

O que terá de ser feito prioritariamente é o equacionamento ou zeragem dos deficits financeiro e atuarial de todas as previdências públicas, conforme passo a passo que vai aos poucos se tornando conhecido.

Exigência essa que, inclusive, foi introduzida na própria Constituição pela Emenda Constitucional n.103/19, embora praticamente quase ninguém obedeça a ela. Só assim se abrirá espaço orçamentário para investir e, depois, crescer.

O problema maior é que esse é um trabalho complexo e penoso, que ocorrerá em uma área politicamente sensível, e que envolve examinar a evolução recente das contas do ente em causa, nem sempre facilmente disponíveis, e, na sequência, projetar os principais itens dessas contas por um período suficientemente longo, onde a principal motivação é perguntar em quantos anos os investimentos tenderão a zerar, se supusermos a evolução futura dos deficits previdenciários nos próximos anos conforme o melhor estudo atuarial também disponível. A partir daí desenha-se o plano de ação.

Só que, para se ver como esse não é um problema trivial, há estados, como o do meu Piauí, que já fizeram a reforma de benefícios, ampliaram alíquotas de contribuição e aportaram um conjunto de imóveis à previdência. Todavia, embora ele tenha diminuído significativamente, tais regimes ainda apresentam um deficit financeiro e atuarial substancial.

Mas já há suficiente conscientização sobre medidas adicionais que podem ser adotadas para dar conta do trabalho de equacionamento previdenciário (ou de zeragem dos deficits financeiros e atuariais) em mais algum tempo à frente. O conjunto dessas duas fases de medidas podem compor um programa bem

pensado de ajuste que Lula pode apresentar à sociedade, explicando que, dessa forma, o país pode desobstruir em um certo período de tempo à frente o espaço destinado a aumentar os investimentos e viabilizar a retomada do crescimento, sem precisar zerar o déficit primário no primeiro ano. Para tanto, ele pode solicitar o testemunho de seu ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, que fez a primeira parte desse trabalho no seu recente mandato como governador do Piauí, e do atual governador, Rafael Fonteles, que no momento dá início à segunda parte do mesmo trabalho, tal que, em pouco tempo a experiência recente de seu estado poderá confirmar que Lula estava certo em não se precipitar no tratamento do assunto.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Para seguir o exemplo do Piauí

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/14/all.pdf>

Envelhecimento rápido toma urgente nova reforma da Previdência



Rogério Nagamine Costanzi: envelhecimento já era esperado, mas pandemia pode ter afetado taxa de fecundidade

Marcelo Osakabe

O envelhecimento mais rápido que o imaginado da população brasileira, revelado pelo Censo de 2022, aumenta a urgência de discutir uma nova reforma da Previdência. De acordo com dados recém-publicados pelo IBGE, o ritmo de potenciais beneficiários - aqueles com 60 anos ou mais - cresceu 3,8% ao ano entre 2010 e 2022, mais de quatro vezes o registrado pela parcela de potenciais contribuintes, com idade entre 20 e 64 anos (0,9% o ano).

Os cálculos são do economista Rogério Nagamine Costanzi, especialista em políticas públicas do governo federal. E essa disparidade, alerta, só tende a piorar. O IBGE divulga novas projeções sobre demografia somente em 2024. No entanto, pelas estimativas da ONU, a fatia da população em idade de contribuir deve chegar a 2050 praticamente inalterada em relação a hoje, ao passo que a de idosos deve dobrar.

Considerando apenas os brasileiros de 15 a 59 anos, que responderam por 94,6% dos contribuintes no ano passado, a taxa de crescimento anual entre 2010 e 2022 foi de apenas 0,4%. Já a participação desse grupo dentro da população total caiu, 65,1% para 64,4%. São dados que fortalecem o fim do diagnóstico de fim do bônus demográfico, avalia Costanzi. Em suas contas, essa dinâmica deve levar a proporção de contribuintes por aposentado, que hoje está ligeiramente abaixo de 2 para 1, a baixara 1 para 1 em 2050.

"Quanto menor essa relação, maior precisa ser a contribuição para se manter um mesmo benefício, ou menor a taxa de reposição [porcentual do benefício recebido em relação à renda usada como base do cálculo], A questão é que, sem mudanças dentro desse sistema, vai ficar paulatinamente mais pesado para os trabalhadores continuar contribuindo com a Previdência", diz Nagamine, que foi subsecretário do Regime Geral de **Previdência Social** do Ministério da Economia e também tem passagens pelos ministérios do Ministério do Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Social.

"Temos um problema demográfico. O MEI agrava isso com problema de financiamento"

Vale lembrar que a alíquota média paga atualmente por empregadores e trabalhadores no Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), que varia entre 27,5% e 34%, já é insuficiente para garantir o custeio do regime. Em um estudo recente, publicado em coautoria com Graziela Ansiliero, Costanzi estimou que a contribuição média necessária para equilibrar o sistema foi de 35% no período de 2009 a 2020. Se considerar apenas este último ano, ela sobe a 41,7%.

O cenário já desafiador pode se revelar ainda mais grave, continua. "Já era esperado que a população envelheceria em um ritmo maior. Por outro lado, a pandemia pode ter afetado a taxa de fecundidade maior que o esperado. Se isso for confirmado, o problema previdenciário se agrava", diz. O IBGE divulga a nova taxa de natalidade no ano que vem.

Para o especialista, a discussão sobre uma nova reforma é tema já para o próximo governo. Ao contrário de cálculos que circularam no fim de 2022 afirmando que a atual reforma havia superado as expectativas, economizando quase 80% a mais do que o previsto inicialmente, ele estima que o desempenho das novas regras não apenas ficou em linha com o esperado, mas está sendo corroído pelo que

chama de "contrarreformas". Entre elas, a retomada da política de valorização do salário mínimo e brechas no Judiciário, como a que permitiram o chamado "milagre da contribuição única". Esta última possibilidade foi efetivamente encerrada pelo Supremo Tribunal Federal no ano passado. Ainda assim, deve gerar uma despesa de R\$ 31,5 bilhões para o **INSS** ao longo da

vida dos beneficiados.

Além do envelhecimento mais rápido, será a chance de recolocar em pauta problemas que não foram atacados pela reforma de 2019 ou que acabaram se perdendo durante a tramitação no Congresso, diz.

Um dos pontos é a inserção do Microempreendedor Individual (MEI) dentro do RGPS. De acordo com outro estudo de sua autoria, publicado ano passado, os trabalhadores MEI já são 10% dos contribuintes, mas apenas 1% da arrecadação. Isto ocorre pelo baixo valor da contribuição: 5% do salário mínimo, contra até 34% do salário do empregado com carteira assinada (entre 7,5% e 14% do trabalhador e 20% de seu contratante).

Dessa forma, a projeção é que, em 40 anos, a arrecadação com esse grupo chegue a R\$ 55,4 bilhões, e as despesas, a R\$ 784,2 bilhões - um déficit de R\$ 728,8 bilhões.

"Ou seja, já temos um problema demográfico. O MEI agrava isso com um problema de financiamento", resume Costanzi.

Outro foco da próxima reforma deve ser a aposentadoria rural, defende o economista. O déficit atual já supera os R\$ 150 bilhões por ano e, de forma semelhante ao que ocorre com o MEI, o setor rural corresponde por 1,7% da receita e 20,5% da despesa do RGPS.

Embora volume de novos aposentados rurais venha crescendo em ritmo cada vez menor, o estoque não tem caído, nota. "A própria mudança pela qual o campo tem passado, em que cada vez se ocupa menos gente, mas com mais qualificação, deveria ser um ponto de partida para discutires-

se regime. Algumas pesquisas mostram que a expectativa de sobre vida na área rural chega a ser maior que a da área urbana em determinadas regiões", diz.

Entre as mudanças que podem ser discutidas, lembra que a aposentadoria rural tem diferenças em relação à urbana, como tempo de contribuição e idade mínima - que se manteve em 55 anos para mulheres e 60 para homens. Na urbana, passou a 65 e 62 anos.

Alguns pontos da reforma de 2019 que acabaram caindo durante a negociação no Congresso também deveriam ser retomados, lembra. Entre eles, a inclusão de servidores estaduais e municipais dentro das regras gerais e a inclusão de medidas de ajuste automático à evolução demográfica.

Um levantamento junto à OCDE mostrou que 24 países já adotam algum tipo de mecanismo do tipo, como o ajuste da idade de aposentadoria ou do valor do benefício, condicionado à expectativa devida.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231113/>

Alckmin defende reforma administrativa para "adequar tamanho do Estado" - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA



Algo raro de se ver, um integrante graúdo do governo federal defendeu abertamente a reforma administrativa. Em encontro com empresários em Brasília, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou que a iniciativa é vital para atrair investimentos. Segundo Alckmin, as mudanças devem ser feitas para "adequar o tamanho do Estado". Resta saber se o presidente Lula concorda com a opinião de seu vice. A premissa da reforma administrativa é a redução do tamanho do Estado - ou seja, cortes da máquina pública, revisão de cargos e eliminação de sobreposições de postos de trabalho, entre outras medidas fundamentais -, algo que provoca calafrios nos petistas. Bem ou mal, a agenda reformista avançou nos últimos anos, com a aprovação das novas regras para a Previdência e as relações trabalhistas. Além delas, a **reforma tributária** também está encaminhada.

Americanas adia - de novo - divulgação de balanço

Pela quarta vez, a Americanas adiou a divulgação das demonstrações financeiras de 2022 - a data inicial, que era março, foi postergada para maio, passando

mais tarde para outubro e, enfim, novembro. Em fato relevante enviado ao mercado, a empresa afirmou que "foi vítima de uma fraude sofisticada e muito bem arquitetada, o que tornou a compilação e análise de suas demonstrações financeiras históricas uma tarefa extremamente desafiadora e complexa". A companhia tem R\$ 42,5 bilhões em dívidas.

Despesas em supermercados lideram dívidas no cartão de crédito

Os brasileiros estão se endividando para comprar comida e itens de primeira necessidade. Segundo um estudo realizado pela Serasa, 59% das dívidas no cartão de crédito dizem respeito a despesas no supermercado - que, na maioria das vezes, são inadiváveis. Os entrevistados no levantamento também afirmaram que o desemprego é o principal fator que os levou a não honrar seus compromissos. Embora em queda, a inadimplência alta no país é uma barreira que compromete o consumo.

Compra de veículos importados dispara no Brasil

O crescente interesse dos brasileiros por veículos híbridos e elétricos tem impulsionado a importação de automóveis. Dados compilados pela Abeifa, a associação que representa importadores de veículos com operação no Brasil, mostra que as vendas do segmento avançaram 75% de janeiro a outubro, em relação ao mesmo período do ano passado. Apenas em outubro, o salto foi de 180%. Para 2024, contudo, não há otimismo, já que a importação de veículos elétricos voltará a ser taxada no país.

Rapidinhas As vagas temporárias para as festas de fim de ano deverão atingir o maior número em uma década. Quem diz isso é a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que projeta a contratação de 108,5 mil trabalhadores para o período. Segundo a entidade, a expectativa positiva se deve ao esperado aumento de 5,6% das vendas do varejo.

O BB Private, divisão do Banco do Brasil dedicada aos clientes de alta renda, venceu o prêmio de melhor Private Bank da América Latina na categoria "Diversidade e Inclusão." O prêmio foi concedido pela publicação britânica The Banker. No BB Private, 50% do quadro de funcionários é formado por mulheres.

Apesar das iniciativas de inclusão, o preconceito racial é onipresente no mercado corporativo brasileiro. De acordo com pesquisa realizada pela rede social LinkedIn, 93% dos profissionais negros enfrentam obstáculos para chegar aos cargos mais altos das empresas. O estudo consultou 1,1 mil funcionários com carteira registrada.

A americana Nvidia, principal fabricante de chips de Inteligência Artificial do mundo, afirmou ter desenvolvido uma tecnologia capaz de prever como as novas cepas do vírus de covid-19 podem se desenvolver. Segundo a empresa, a nova IA analisa sequências genéticas com precisão jamais alcançada.

R\$ 18 bilhões é quanto a gestora canadense de fundos de pensão CDPQ (Caisse de Dépôt et Placement du Québec) pretende investir no Brasil até 2027.

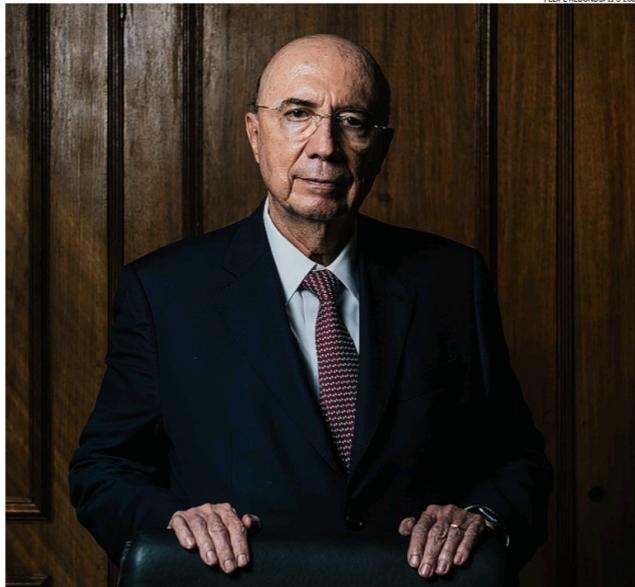
Os recursos serão destinados principalmente para a área de energia

"Estamos focados em tornar a Inteligência Artificial mais útil para todos" Sundar Pichai, presidente mundial do Google

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/14/all.pdf>

"A meta de deficit zero deve ser perseguida"



ALVARO GRIBEL

ENTREVISTA: Henrique Meirelles / ex-ministro da fazenda

O ex-ministro Henrique Meirelles, que comandou o Banco Central (BC) nos dois primeiros governos Lula, diz que há meses não conversa com o presidente, mas, se pudesse, diria para ele manter a meta de déficit zero nas contas públicas no ano que vem. Em conversa com O GLOBO, o ministro da Fazenda de Michel **Temer** diz que é um erro o governo se endividar para financiar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O presidente Lula colocou em xeque a meta de déficit zero. Qual a avaliação do senhor?

A meta de déficit zero deve ser perseguida. O controle fiscal é mais vantajoso para o país, inclusive para a população mais pobre, porque o melhor programa social que existe é o emprego. Há custos de curto prazo, mas há benefícios maiores na medida em que o país pode crescer mais, ter mais confiança, taxas de juros menores e **inflação** menor.

Cumprir a meta depende de medidas de arrecadação. Elas são viáveis?

Será difícil. Vai depender do governo, do Congresso, de legislação, mas também de crescimento econômico.

Houve uma guinada no discurso do presidente Lula?

Não necessariamente uma guinada. Mas, de fato, há um discurso diferente, principalmente, do primeiro mandato, que foi um governo que aumentou a meta de superávit e entregou um resultado acima da meta. Não há dúvida de que houve mudança. E não há dúvida de que muitos eleitores votaram nele olhando para o que ele tinha feito no primeiro mandato.

A que o senhor atribui essa mudança?

Existe uma linha de pensamento econômico dentro do governo, e que conversa com ele, que defende o gasto público, como defendeu o governo Dilma, por exemplo.

É como se, na economia, Lula estivesse mais próximo do governo Dilma?

Em termos de proposta, sim, mas não é o que defende o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele defende algo mais próximo ao primeiro governo Lula.

O senhor chegou a conversar com Lula depois de eleito?

Nós nos falamos algumas vezes. Mas, nos últimos meses não temos conversado, porque ele é muito ocupado, tem muita gente lá dentro querendo falar com ele. E também porque ele adotou um discurso diferente da minha linha de pensamento.

O que diria para o presidente?

Para manter a meta de déficit zero e que isso dará maior segurança, diminuirá o risco fiscal. Em consequência, o país terá condições de crescer mais, gerar mais emprego e renda. Essa é a melhor política social que existe, como o mandato dele de 2003 a 2007 provou.

O BC deu recados sobre o risco fiscal. Como avalia a política monetária?

O BC disse a realidade. Se você tem um risco fiscal maior, tem expansão fiscal, maior déficit, e aí tem aumento do risco e da taxa de juros neutra. O que vai forçar o BC, para controlar a **inflação**, a ter uma taxa de juros maior.

Seria encurtar o ciclo de queda da Selic?

Exatamente.

Como o senhor avalia o cenário internacional?

Complicado. Nossa taxa de câmbio tem influência da taxa internacional do dólar e de fatores domésticos. O mercado acredita que o governo vai manter o controle fiscal. E têm entrado recursos no país. Isso mantém o dólar onde está.

Ou seja, a credibilidade da equipe econômica permanece?

Sim, o mercado não precificou o pior cenário. Então, se houver a mudança da meta e a dívida pública subir mais, pode ter algum efeito negativo.

Como o senhor avalia a **Reforma Tributária**?

Positiva. Mas houve mudanças no Senado que geraram desequilíbrios entre os estados. Entre elas, os incentivos à indústria automobilística. Além disso, o Conselho Federativo perdeu poderes, que foram transferidos para o Congresso.

Qual o balanço da política econômica até aqui?

Está dando resultado, mas ela vai ser definida pela meta fiscal, pelas aprovações feitas no Congresso. Temos coisas muito importantes que vão definir a política econômica e que estão sendo discutidas neste momento.

Quem defende a mudança na meta diz que é preciso investir no PAC, por exemplo...

Se tivesse dinheiro, tudo bem, poderia gastar com o PAC. Mas não é o caso. O governo vai tomar dinheiro emprestado no mercado para gastar, isso gera maior risco, juros, aumento da dívida e crescimento menor.

"Não há dúvida de que muitos eleitores votaram nele (Lula) olhando para o que ele tinha feito no primeiro mandato"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Câmara retoma discussão da tributária no dia 20



Ribeiro: novo parecer será discutido depois de análise do texto do Senado

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Julia Lindner

Com a semana esvaziada no Congresso Nacional por conta do feriado na quarta-feira, os integrantes do grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara devem se debruçar apenas a partir de segunda-feira (20) sobre o texto aprovado no Senado para analisar as eventuais mudanças que devem ser feitas no novo parecer do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Nesses encontros, também devem desenhar um cronograma para a nova apreciação do projeto.

A expectativa do presidente do grupo de trabalho, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), é que a votação ocorra na última semana de novembro. Ao Valor, o petista disse que a próxima semana deve ser utilizada para fazer reuniões com os setores, governadores e parlamentares para viabilizar um ambiente favorável de votação já na semana seguinte.

Levantada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a ideia de promulgação fatiada da proposta de emenda constitucional (PEC) é vista com ceticismo por alguns parlamentares. Eles apostam que os deputados aprovem apenas emendas para suprimir pontos do texto e enviar à promulgação o que for consenso entre as duas Casas.

Por se tratar de uma PEC, só pode ser promulgado o texto que tiver aval tanto da Câmara quanto do Senado. As partes divergentes, que seriam

supostamente deixadas para uma nova apreciação até a concordância das duas Casas, ficariam "na geladeira".

O assunto foi tratado pelo relator da PEC no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), com senadores aliados, em jantar nessa segunda-feira. Braga segue resistente à ideia de fatiamento da proposta, mas admitiu que o tema pode ser analisado. "A minha opinião é que estamos diante de um sistema tributário. Fazer a aprovação fatiada é só analisando o texto que se propõe. Fazendo uma analogia com o corpo humano, não dá para você promulgar a perna sem o pé, o braço sem o antebraço. Tem que analisar", afirmou ao Valor.

Enquanto a tramitação é incerta, setores do poder público já se movimentam para pedir alterações no projeto. A Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) defendeu em nota divulgada nesta segunda-feira mudanças para que os municípios recebam diretamente sua parcela da arrecadação do novo imposto e para que as grandes cidades tenham maior peso no comitê gestor.

"Consideramos que a composição atual da representação dos 27 membros dos municípios no comitê levará a sub-representação das capitais e das cidades com mais de 80 mil habitantes, o que representa 61% da população brasileira e 74% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país. São nas médias e nas grandes cidades que a administração tributária está fortemente consolidada e seus servidores efetivos podem e devem contribuir com a gestão no novo IBS [imposto sobre bens e serviços]", diz o documento.

O comitê gestor terá 27 integrantes representando os Estados e o Distrito Federal e 27 representando os municípios (dos quais 14 serão escolhidos pelos prefeitos e 13 considerando o tamanho da população. Caberá a este órgão fazer a arrecadação do novo imposto e a distribuição, além de estabelecer regras normativas e administrativas. Ele, contudo, perdeu no Senado o caráter mais político que tinha na Câmara e não poderá mais propor projetos de lei ao Congresso.

A Abrasf era uma das entidades mais críticas à PEC 45, que extingue o ISS, imposto com o qual as grandes cidades e capitais mais arrecadam. Os secretários municipais defendiam apenas a reformulação dos atuais **impostos**. Venceu, porém, a

tese de adotar o modelo do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).

A Abrasf reuniu seus integrantes entre os dias 8 e 10 de novembro em Brasília para uma avaliação sobre a reforma. Afirmou na nota que a parte federal do IVA, expressa na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), "alcançou maior grau de amadurecimento" e "ensejará ganhos de simplificação e de arrecadação".

Eles, porém, continuam a pedir mudanças referentes aos municípios. A PEC unifica o ISS com o ICMS e os secretários protestam que as prefeituras teriam apenas a "cota-parte" da receita obtida, mas que o correto é a transferência direta para os cofres municipais.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Câmara retoma discussão da tributária no dia 20

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231113/>

Reforma tributária pode contribuir para melhorar a saúde pública, segundo especialistas



A jornalista Cristiane Segatto mediu o evento que teve a participação de representantes do Banco Mundial, do Ministério do Planejamento e Orçamento e de Paula Johns, diretora executiva da ACT Promoção da Saúde

CONTEÚDO PATROCINADO POR ACT PROMOÇÃO DE SAÚDE E UMANE

Além de simplificar **impostos**, a **reforma tributária** pode melhorar a saúde da população ao mesmo tempo que aumenta a arrecadação. A afirmação é de especialistas em economia e políticas públicas de saúde que participaram do seminário "**Reforma Tributária e Impactos na Saúde**", realizado no último dia 7, em Brasília. Promovido pela Editora Globo, com patrocínio das ONGs ACT Promoção da Saúde e Umane, o evento também reuniu representantes dos poderes Legislativo e Executivo. Os participantes foram unânimes em afirmar a necessidade de taxar mais produtos que fazem mal à saúde, como tabaco, álcool e produtos ultraprocessados (salsichas, salgadinhos e refrigerantes).

Para especialistas, o aumento dos **tributos** pode reduzir gastos com saúde, devido à redução de consumo. De acordo com um estudo da Faculdade de Saúde Pública da USP, o consumo de ultraprocessados está associado a 57 mil mortes por ano no Brasil.

Dois pontos da proposta de **reforma tributária** que tramita no Congresso podem impactar a saúde pública e o meio ambiente: a criação do Imposto Seletivo, que vai justamente sobretaxar a produção e comercialização de bens e serviços prejudiciais à saúde; e a criação da chamada cesta básica nacional de alimentos, cujos produtos terão alíquota zerada ou reduzida.

Diretora da ACT Promoção da Saúde, Paula Johns ressaltou que é fundamental que os ultraprocessados não recebam nenhum tipo de incentivo fiscal e que sejam excluídos dos itens permitidos na cesta básica, de acordo com as orientações do "Guia Alimentar para a População Brasileira".

Uma questão frequente quando se fala em tributação do tabaco é a relação com o contrabando. De acordo com a diretora, é um equívoco associar as duas coisas.

"Quando a gente fala de tributação, normalmente, um dos argumentos que se ouve são contrários ao imposto seletivo é que, se você aumentar o imposto, vai ter mais contrabando. O contrabando, você lida com medidas de combate ao contrabando, inclusive, no caso do tabaco, existe um protocolo ligado à Convenção-quadro para o Controle do Tabaco para o combate ao mercado ilegal. Não é reduzindo imposto que você lida com contrabando", observou Johns.

RESULTADOS PRÁTICOS

Diogo Alves, oficial nacional de Controle de tabaco e **Impostos** Saudáveis da Organização Pan-americana da Saúde (PAS), destaca que, entre 2008 e 2019, houve redução de mais de 30% no tabagismo, sendo que 50% desse número foi atingido graças à política de preços e **impostos** adotada pelo Brasil. Para o especialista, um potencial aumento de 10% no preço do tabaco resultaria na diminuição de 5% no número de fumantes. Do mesmo modo, um acréscimo de 10% na tributação de bebidas alcoólicas reduziria o consumo em 6%. Já em relação às bebidas açucaradas, 10% resultariam em 12% de diminuição do consumo.

Roberto Lunes, economista de Saúde do Banco Mundial, informou que o percentual de ultraprocessados na dieta das famílias mais pobres hoje é de cerca de 18%. No entanto, se o preço desses produtos continuar mais baixo que o dos alimentos "in natura", o que já vem acontecendo desde 2022, corre-se o risco de que esse percentual aumente.

"Quando a gente tem uma **reforma tributária** que consegue dizer que nós vamos tributar alimentos ultraprocessados, fumo, tabaco e produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, é um avanço", destacou a deputada federal Jandira Feghali.

Para saber mais, acesse a campanha Doce Veneno através do site doceveneno.org.br. Ou você age agora ou será a farra dos ultraprocessados na **reforma tributária**.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231113/>

Pontos da Reforma Tributária



Criação do Imposto Seletivo, que vai sobretaxar bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como tabaco, álcool e ultraprocessados

Criação de uma cesta básica nacional de alimentos isenta de tributos, além de uma cesta “estendida” com redução de 60% da alíquota.

Impactos na Saúde



Redução do consumo de tabaco, álcool e ultraprocessados, que são relacionados a doenças crônicas como diabetes, hipertensão e obesidade.

Redução de preços de alimentos “in natura” para “vencer a concorrência” com os ultraprocessados, gerando uma melhora geral na saúde da população.

Reforma tributária e as isenções para pessoas com deficiência

Mudanças no texto da PEC 45/2019, a Proposta de Emenda à Constituição da **Reforma Tributária**, aprovada pelo Senado na última quarta-feira, 8, trazem trechos importantes para a população com deficiência.

Em julho, no episódio 96 da coluna Vencer Limites na Rádio Eldorado, destaquei que as isenções para pessoas com deficiência serão diretamente afetadas pela **reforma tributária**, mas ainda não era possível especificar como isso iria funcionar e se realmente haveria essa continuidade.

Agora, o projeto alterado que foi devolvido à Câmara na semana passada tem pontos bastante específicos, conforme explica o advogado Clairton Gama, especialista em direito tributário e professor do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania (IDCC).

O destaque das modificações é a possibilidade de isenção do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para serviços médicos, dispositivos de saúde e de acessibilidade, e também para a compra de veículos de passeio adquiridos por pessoas com deficiência ou com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), diz o especialista.

Essas isenções ainda serão regulamentadas pela lei complementar que vai instituir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estadual e municipal (substituto de ICMS e ISS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal (que ficará no lugar de PIS, Cofins e IPI). São esses dois novos encargos que irão compor o IVA, mas essa lei complementar ainda não começou a ser discutida no Congresso Nacional, esclarece o advogado.

Your browser does not support the video tag.

Clairton Gama, advogado, especialista em direito tributário, professor do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania (IDCC), explica as mudanças previstas na **reforma tributária** que podem beneficiar as pessoas com deficiência.

Site: <https://www.terra.com.br/nos/reforma-tributaria-e-as-isencoes-para-pessoas-com-deficiencia,56501c064565d9ee4301510459f4546bm8crvaw.html>

Os detalhes da reforma - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Os dois **impostos** sobre valor agregado vão se transformar em um só. É o que se ouve no Congresso e no governo. Achem que foi necessário fazer dois pela desconfiança federativa, que poderá ser superada com o tempo. O esforço na hora da regulamentação será para fazer tudo o mais simples possível. A ideia que se tem na Fazenda é que a CBS e o IBS tenham um sistema de cobrança só. Serão dois **impostos** com a mesma legislação, as mesmas regras, o mesmo regulamento. A tramitação ainda não acabou, falta a Câmara, mas já se pensa na implementação.

A proposta tem aberrações. Há um setor que terá redução de alíquota que está definido como "segurança nacional, soberania e cibersegurança". Como dizer o que é isso? Os técnicos explicam que cada setor foi nomeado genericamente e, por isso, as leis complementares serão tão importantes para definir. Só a lei dirá exatamente a dimensão de cada concessão, os limites de cada regime específico, como o de educação, por exemplo, me disse um técnico. O que ficará em educação? Eles dão como certo que seja a educação do básico ao superior. "Mas, e os cursos avulsos como inglês ou jiu-jitsu também terão redução da alíquota padrão?", perguntou um técnico. No caso dos profissionais liberais, que terão 30% de desconto, já se sabe que os médicos e dentistas entrarão no item saúde, ou seja, terão um desconto maior, de 60%. Mas o absurdo é até consultoria ter vantagem tributária. É que consultor está no grupo dos profissionais liberais.

As concessões têm dois defeitos opostos. Ou são genéricas demais e agora precisam ser bem delimitadas, ou são específicas demais. Há um item com isenção que é "suco de fruta natural sem adição de açúcar e conservantes". Certamente é o único país que terá uma coisa dessas na Constituição.

A reforma sem dúvida é um avanço, representará uma melhora no ambiente de negócios e simplificação do pagamento dos **tributos**, mas inevitavelmente essas exceções criaram vários problemas: têm impacto na tarifa padrão, criam complexidades e distribuem privilégios. A comparação numérica que se faz na Fazenda é que se a complexidade é 100 no modelo atual, a reforma como foi concebida a reduziria para 10. Mas com as exceções foi para 30.0 resultado é muito melhor do que o atual, mas de fato ela piorou ao tramitar. Isso é entendido como o preço a pagar numa democracia em que tudo, felizmente, tem que ser

negociado, e não é uma imposição, como foi a reforma implantada no regime militar.

A negociação continuará intensa, tanto na etapa final de tramitação e promulgação, quanto na formulação das leis complementares. O prazo é de 180 dias para que se encontre o melhor desenho para o novo regime tributário. O tempo das pressões continuará exatamente porque agora é que se estabelecerá o limite de cada concessão. A ideia do secretário Bernardo Appy, segundo adiantou o "Valor", é formar um grupo de trabalho do governo federal, estados e municípios, assim que a reforma for promulgada, para que os três níveis administrativos trabalhem juntos.

Depois disso, virão os anos da implementação. Em 2024 e 2025, será montado todo o sistema de cobrança dos novos **impostos**. Nesse momento será possível construir o caminho para que seja um só imposto sobre valor agregado. Em 2026, tudo tem que estar pronto em relação aos **impostos** federais para começar a fazer uma espécie de ensaio. O Senado melhorou essa etapa ao estabelecer que em 2026 nem precisa ser recolhido o imposto. Antes se previa o recolhimento de um valor mínimo apenas para testar o sistema. Pela nova redação, basta as empresas cumprirem a obrigação, calcularem quanto teria sido o tributo, mas não precisarão recolher nada. Esse momento será fundamental porque se houver alguma coisa disfuncional será a hora de corrigir.

Em 2027, começa mesmo a cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços e serão extintos o IPI, PIS e Cofins. Isso já vai permitir uma simplificação importante para as empresas. De 2029 a 2033, será a transição do ICMS e do ISS para o Imposto sobre Bens e Serviços, dos estados e municípios.

O país não saberá de imediato a alíquota do novo imposto, porque dependerá de todo esse processo de legislação complementar. Está dito que a alíquota será a "que mantém a carga tributária". Só isso que se sabe agora. Portanto, os próximos 180 dias, após a promulgação, serão decisivos.

Os próximos 180 dias serão de intensa negociação para definir os limites das concessões e, assim, influenciar na alíquota final do novo imposto

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economia tende a perder força no fim do ano (Editorial)

Não será com menos feriados em dias úteis em 2024 que o Produto Interno Bruto (**PIB**) vai crescer um pouco mais, como insinuou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A expectativa é que a economia cresça menos em 2024 do que em 2023, e que este fim de ano mostre uma desaceleração do nível de atividade.

O primeiro sinal veio da arrecadação federal de **impostos**, que teve queda real de 0,34% em setembro na comparação com o mesmo período do ano anterior e foi de R\$ 174,316 bilhões; e de 0,78% no acumulado do ano, para R\$ 1,692 trilhão. Regras fiscais, como os "meteoros" citados pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, influenciaram. Mas também uma atividade menor na indústria e, a se confirmar nos próximos dias, em serviços.

O Ministério da Fazenda fala em revisar para baixo as projeções para o crescimento do **PIB** tanto deste ano, que estima em 3,2%, quanto o de 2024, projetado em 2,3%. O Valor apurou que a frustração ocorreu principalmente no setor de serviços, e que, de modo geral, todos os indicadores mostraram desaceleração no terceiro trimestre. O Monitor do **PIB**, elaborado pelo FGV Ibre, concorda com a avaliação e projeta **PIB** estável no terceiro trimestre e crescimento de 2,7% no ano.

Além de uma esperada queda sazonal do resultado do agronegócio, com o fim da época das grandes colheitas de grãos, há uma "preocupante" redução dos investimentos. O resultado negativo foi puxado pelo setor de máquinas e equipamentos e pela construção.

Os resultados mais fracos vêm da indústria. A produção da indústria brasileira cresceu apenas 0,1% em setembro em comparação com agosto, que ainda teve seu resultado revisto para baixo pelo IBGE, de expansão de 0,4% para 0,2%. No acumulado até setembro, houve recuo de 0,2%; e, em 12 meses, a indústria está estagnada. Com esses resultados, o setor industrial está 1,6% abaixo do patamar pré-pandemia, em fevereiro de 2020; e nada menos do que 18,1 % abaixo do nível recorde de maio de 2011.

Olhando os grandes grupos do setor, a constatação é que a indústria de transformação, que representa 85% do total, teve recuo de 0,3% em setembro, na comparação com agosto, quando teve alta de 1,1%. No acumulado em 12 meses, registra queda, de 0,8%.

Resultado bem diverso apresentou a indústria extrativa, que representa 15% da produção do setor e saltou 5,6% em setembro, acumulando 6% no ano e 4,6% em 12 meses. Na avaliação do IBGE, a indústria extrativa foi beneficiada pelo dinamismo do minério de ferro e do petróleo, enquanto a indústria de transformação sofre mais o efeito dos juros.

Já o varejo surpreendeu com um desempenho acima do esperado em setembro. As vendas no varejo restrito aumentaram 0,6% em comparação com agosto, de acordo com o IBGE, e 3,3% em relação ao mesmo mês de 2022. Os dois resultados vieram acima do esperado. No acumulado do ano a alta é de 1,8%. No varejo ampliado, que inclui veículos e motos, partes e peças, material de construção e atacarejo, o volume de vendas subiu 0,2% em setembro sobre agosto, mês que teve o resultado revisto de queda de 1,3% para alta de 0,6%. Na comparação com setembro de 2022, o volume de vendas do varejo ampliado subiu 2,9%.

Para os analistas, a recuperação do mercado de trabalho e a **inflação** mais baixa, especialmente no setor de alimentos, favorecem o varejo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), a taxa de desocupação caiu para 7,7% no terceiro trimestre, ante 8% no segundo trimestre, o nível mais baixo desde 2014, quando foi de 6,9%, a menor da série histórica da pesquisa. O número de trabalhadores ocupados atingiu 99,838 milhões, recorde para toda a série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. O aumento da ocupação veio ainda acompanhado da ampliação da renda média dos trabalhadores. A massa de rendimentos real habitualmente recebida por pessoas ocupadas (em todos os trabalhos) atingiu recorde de R\$ 292,952 bilhões.

Também favoreceu o varejo o comportamento mais benigno da **inflação**, que ficou em 0,24% em outubro, acumulando 4,82% no ano, perto do teto da meta de **inflação**. Um destaque foram os alimentos, que voltaram a subir em outubro, vindo de quatro meses seguidos de queda, de junho a agosto, propiciada pela safra recorde, favorecendo as vendas do terceiro trimestre.

A expectativa é que o nível de atividade seja beneficiado neste mês e no próximo pela injeção de

recursos do 13-salário, estimada em R\$ 291 bilhões pelo Dieese, dos quais R\$201,6 bilhões recebidos pelos trabalhadores formais.

O bom desempenho do varejo não altera o cenário pouco promissor para a economia no curto prazo. Em parte, porque a expectativa é que a indústria siga fraca e o agronegócio perca o ímpeto por fatores sazonais. Há ainda o cenário macroeconômico desfavorável, com os efeitos defasados da política de juros altos. A redução da Selic passou a ter seu ritmo posto em dúvida em consequência da elevação das taxas nos EUA, sem falar na preocupação geopolítica causada pelo conflito entre Israel e o Hamas.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231113/>

Projeção do Boletim Focus para o IPCA cai de 4,63% para 4,59%

EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLIA

Após a alta de 0,24% no IPCA de outubro, a expectativa para a **inflação** deste ano caiu de 4,63% para 4,59%, conforme projeção do mercado divulgada ontem no Boletim Focus.

Há um mês, a mediana dos analistas consultados pelo Banco Central era de 4,75%.

Para 2024, foco principal da política monetária, a projeção oscilou de 3,91% para 3,92%. Há um mês, era de 3,88%. Para 2025, que também tem peso nas decisões do Copom, a projeção continuou em 3,50% pela 16.^a semana consecutiva - o que evidencia a reancoragem apenas parcial destacada pelo BC após a manutenção da meta de **inflação** em 3,0% para os próximos anos.

As estimativas do Boletim Focus, contudo, continuam acima do centro das metas para a **inflação**. Para 2023, a mediana está abaixo do teto da meta (4,75%), evitando o estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo, depois de 2021 e 2022.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Pacheco amplia prazo para apresentação de emendas à LDO



Pacheco: presidente do Senado passou para sexta-feira a data limite para sugestões de mudanças ao PLDO

Julia Lindner, Caetano Tonet, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ampliou em um dia o período para apresentação de emendas (sugestões) ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PL-DO) de 2024. Inicialmente, o prazo iria até esta quinta-feira (16). Pacheco mudou a data limite para sexta (17), até as 16 horas.

Ao longo desta semana, qualquer parlamentar pode propor emendas individualmente ao texto na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso. Na quarta (15), porém, os trabalhos devem ser suspensos no Legislativo em função do feriado da Proclamação da República. A previsão é que a votação do PLDO no colegiado ocorra até o dia 23.

Ainda não há data para a deliberação da LDO em plenário, onde a apresentação de emendas é mais difícil e exige o apoio de 1 /3 da Câmara (171 deputados) e do Senado (27 senadores).

Na semana passada, a CMO aprovou o relatório preliminar do deputado Danilo Forte (União-CE) sobre a LDO. Com isso, o governo não pode mais enviar ofícios para alterar o conteúdo do texto e depende do relator ou outros parlamentares para modificá-lo.

Nessa segunda-feira, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) protocolou duas emendas ao texto sugerindo a alteração da meta fiscal. Uma das propostas sugere que o déficit primário a ser alcançado seja de 0,75%

do Produto Interno Bruto (**PIB**). A outra prevê que o objetivo seja de déficit de 1%.

A iniciativa do petista foi antecipada pelo Valor na semana passada. Na ocasião, ele justificou que apresentaria as emendas após alerta do ex-secretário da Fazenda de São Paulo Felipe Salto de que um déficit de 0,5% exigiria contingenciamento de R\$ 40 bilhões logo no início de 2024, o que, de acordo com o deputado do PT, traria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os programas sociais.

Em nota publicada para informar o protocolo das emendas, Farias afirmou nesta segunda-feira que o Orçamento deve ser uma peça realista para que não haja problemas na execução das políticas públicas planejadas e na possibilidade de crescimento econômico.

O parlamentar do Rio de Janeiro argumentou que a meta de déficit zero levaria o governo Lula a iniciar o ano de 2024 com um contingenciamento de até R\$ 53 bilhões.

A discussão sobre rever a meta opõe os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda), este a favor da manutenção da meta zero. A possibilidade de rever a meta fiscal de déficit zero foi tornada pública pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no fim de outubro.

Haddad tem insistido em zerar o déficit primário já no próximo ano com a aprovação de projetos de lei para aumento das receitas, mas essas propostas têm enfrentado resistências no Congresso e o cumprimento da meta deve exigir corte de gastos, o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou não estar disposto a fazer. Por isso, parte dos governistas defende estabelecer uma nova meta na LDO, de déficit de 0,25% a 0,5%, mas o martelo ainda não foi batido por Lula.

Relatório preliminar do deputado Danilo Forte foi aprovado na semana passada

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231113/>

Desinflação na AL pode desacelerar

Sérgio Tauhatae Luana Reis* De São Paulo (Com supervisão de Talita Moreira)

O processo desinflacionário na América Latina, daqui para a frente, pode se tornar mais lento e desafiador e vai ser muito importante o esforço dos bancos centrais para colocar os indicadores perto das metas, avaliou o diretor para o Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo Valdés, durante evento para divulgação do relatório "Cenário Econômico na América Latina e Caribe", elaborado pelo órgão. "Não teremos toda a desinflação que tivemos de **inflação**, porque o nível de preços não está voltando ao nível pré-inflacionário", disse.

Segundo Valdés, "temos um pouco de desinflação, mas os preços estão mais altos". Conforme o diretor do FMI, apesar da resiliência econômica nos maiores países da região, "vemos desaceleração das economias] em quase todos os lugares [na América Latina], mas é uma desaceleração normal, saudável e esperada". Para o diretor do FMI, "este estágio, não temos nenhuma crítica para bancos centrais na região ou o que têm feito".

Valdés disse esperar que a **inflação** na região comece a convergir para as metas a final deste ano ou em 2024, se não houver novos choques na economia. O dirigente observou, no entanto, que os núcleos de **inflação** têm estado mais resistentes à queda e, apesar de os preços estarem diminuindo, ainda não voltaram ao patamar pré-pandêmico.

Um dos desafios para a América Latina vem dos juros americanos. "A economia nos EUA tem se mostrado muito forte, mas a **inflação** tem caído gradualmente", avaliou Valdés. "O crescimento nos Estados Unidos [nos últimos trimestres] foi muito, muito forte, e isso também move a agulha para as previsões", acrescentou.

O cenário de economia resiliente e **inflação** em queda, mas com alguma resiliência dos núcleos, tem levado à perspectiva de juros elevados por mais tempo, ressaltou. "O **PIB** americano tem trazido números fortes nos últimos trimestres, com demanda resiliente, mas o mercado de trabalho tem desacelerado gradualmente", disse.

Valdés ponderou que as condições monetárias "continuam apertadas e o dólar tem estado particularmente forte [no atual estágio da política monetária nos EUA]". O diretor do FMI ressaltou ainda

ver incertezas para 2024 ocasionadas pelo salto do déficit fiscal dos EUA. Em apenas um ano, de 2022 para 2023, houve um crescimento de quatro pontos percentuais no déficit em relação ao **PIB**. "Houve aumento significativo do déficit fiscal nos EUA em 2023, com incertezas para 2024", considerou. Segundo o especialista, o déficit saiu de menos de 2% em relação ao **PIB** há um ano para cerca de 6%.

Uma questão importante no atual ciclo de combate à **inflação** global é se haverá um "descolamento" entre os países, afirmou o diretor de política econômica do Banco Central, Diogo Guillen, durante o evento do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o cenário econômico para América Latina e Caribe.

"Dados os choques globais, houve uma correlação [de alta da **inflação**] em todo o mundo, e agora a grande questão é se veremos uma desacoplagem [com diferentes ciclos de política fiscal e monetária] ou não em diferentes países", afirmou. O dirigente do BC brasileiro lembrou que o processo de desinflação ocorre em etapas. Em um primeiro estágio, os indicadores caíram de cerca de 9% ao dano para o patamar em torno de 4%. "Esse primeiro estágio é menos custoso, e está mais ligado a preços como o das commodities e dos administrados." No entanto, em um segundo momento, o processo de queda da pressão sobre preços se torna mais lento e depende de uma postura mais cautelosa da política monetária. "Essa fase está mais relacionada a fundamentos econômicos] e às expectativas sobre **inflação** futura]", disse.

Conforme o diretor do BC, "não estamos sozinhos, muitas coisas que vemos no Brasil estão acontecendo em outros países". O dirigente destacou que o processo inflacionário tem diversas particularidades. "É o mesmo espírito de descascar a cebola da **inflação**", comparou. "Desvendar as camadas [das forças que têm moldado o cenário econômico]." Guillen citou a resiliência do mercado de trabalho. "Continuamos a ver contratações, mas não vemos pressões em salários."

"Uma questão é se passará a haver um "descolamento" [de ciclos econômicos] entre os países" Diogo Guillen

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187713>